



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

INFORME BRASIL Nº 26/2023

Período: 22/07/2023 - 28/07/2023

GEDES – UNESP/UNIFESP/UFRRJ

- 1- Encerramento do programa de escolas cívico-militares pelo governo federal gerou debate
- 2- Grupo de trabalho com pesquisadores de três universidades fará escavações na antiga sede do DOI em São Paulo
- 3- Governo federal assinou projetos de lei que visam endurecer as penas para condenados por atos antidemocráticos e restringir o acesso ao porte de armas
- 4- O uso de voos oficiais da FAB por parentes de autoridades
- 5- Brasil é protagonista em debates de segurança internacional relacionados a meio ambiente
- 6- Instituto Tecnológico de Aeronáutica participará de missão lunar com a Nasa
- 7- Decreto assinado por Lula restringe o acesso a armas no país
- 8- Livro do advogado Antonio Pedro Melchior destaca o legado de juristas que resistiram à ditadura militar e seu impacto nos dias atuais
- 9- PGR pede por informações sobre as redes sociais dos denunciados por participação nos atos de 8 de janeiro
- 10- Coaf identificou movimentação atípica de R\$3,2 milhões por parte do tenente-coronel Mauro Cid

1- Encerramento do programa de escolas cívico-militares pelo governo federal gerou debate

No contexto do debate gerado pela recente decisão do governo federal de encerrar o programa de escolas cívico-militares, o jornal *Folha de S. Paulo* publicou duas colunas a respeito do tema, uma favorável e outra contrária ao modelo militar na educação. No primeiro caso, Claudia Costin, presidente do Instituto Singularidades e ex-diretora global de educação do Banco Mundial, argumentou que as competências de criatividade e solução colaborativa de questões complexas não se adquirem a partir da domesticação dos jovens. Costin dissertou sobre o modelo de educação da Coreia do Sul, diferenciando-o tanto das escolas militares brasileiras –reservadas a filhos de militares e a jovens rigidamente selecionados– quanto das escolas cívico-militares, experiência recente na qual o governo brasileiro contratou “(...)

policiais militares e bombeiros aposentados para assegurar a disciplina”. A educadora avaliou que a disciplina é uma habilidade importante para a aprendizagem, mas ressaltou que o jovem precisa ser formado para a autonomia, e “não para a mera obediência”. Por sua vez, o secretário de estado da Educação do Paraná, Roni Miranda, declarou em sua coluna que o modelo de escolas cívico-militares deve continuar no estado, com previsão de 206 escolas para o final de 2023. Em sua avaliação, as relações hierárquicas, a formação ética e moral, assim como as regras, a exemplo de “(...) filas, horários, leis e demais regras que norteiam a convivência” geram um benefício no desempenho escolar. Miranda ressaltou a melhora do estado no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e defendeu que os valores de respeito e disciplina continuarão a nortear a gestão educacional no Paraná, a despeito do encerramento do programa de escolas cívico-militares pelo governo federal. (Folha de S. Paulo – Opinião – 22/07/23)

2- Grupo de trabalho com pesquisadores de três universidades fará escavações na antiga sede do DOI em São Paulo

O jornal *O Estado de S. Paulo* noticiou que um grupo formado por pesquisadores de três universidades - Federal de São Paulo (Unifesp), Federal de Minas Gerais (UFMG) e Estadual de Campinas (Unicamp) – fará escavações arqueológicas no local onde funcionou um conhecido órgão da repressão, o Departamento de Operações de Informações (DOI) do 2º Exército, na época da ditadura militar (1964-1985). Segundo o *Estado*, as escavações visam localizar “(...) vestígios materiais para a preservação da memória”, fazendo com que a sociedade possa conhecer e interpretar seu passado. Tal trabalho, previsto para ser realizado entre 02 e 14/08/2023, relaciona-se a duas medidas emitidas por conselhos de patrimônio histórico, de 2014 e 2017, respectivamente o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat), do estado de São Paulo, e o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp), da Prefeitura. (*O Estado de S. Paulo – Política – 23/07/23*).

3- Governo federal assinou projetos de lei que visam endurecer as penas para condenados por atos antidemocráticos e restringir o acesso ao porte de armas

De acordo com reportagens dos jornais *Folha de S. Paulo*, *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo*, após um hiato de seis meses desde o anúncio do ‘pacote da democracia’, apresentado logo depois da eclosão dos atos de 8 de janeiro de 2023, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), ao lado do ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino (PSB), assinou no dia 21/07/2023 o projeto de lei que visa endurecer as penas para aqueles que atentarem contra o Estado Democrático de Direito. Dentre as medidas propostas, se destacam a criação de uma pena entre 20 a 40 anos de prisão para aqueles que atentarem contra a vida dos presidentes do Três Poderes, vice-presidente da República, ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e procurador-geral da República com a finalidade de alterar a ordem constitucional democrática; a punição de seis a 12 anos de prisão para aqueles que organizarem ou liderarem movimentos antidemocráticos no país, e de oito

a 20 anos de reclusão para aqueles que financiarem tais atos, assim como o bloqueio de suas contas bancárias e ativos financeiros. O governo federal também assinou o Decreto Nº 11.615, que tem como objetivo endurecer o processo de aquisição de armas de fogo por parte da população civil. Uma das mudanças feitas visa passar a atribuição de fiscalização dos Caçadores Atiradores e Colecionadores (CACs) do Exército para a Polícia Federal (PF), já que de acordo com interlocutores do Planalto, a supervisão feita pelos membros das Forças Armadas foi em diversas vezes falha. Em suas redes sociais, Dino salientou que os projetos de lei apresentados pelo governo federal tem como objetivo combater “o perigosíssimo nazifascismo do Século 21, que mata crianças em escolas, destrói o prédio do Supremo e se acha autorizado a agredir pessoas por questões políticas”. Segundo os jornais, tais medidas geraram uma resposta imediata por parte da oposição, a exemplo do senador pelo Progressistas (PP), Ciro Nogueira, que teceu duras críticas aos projetos de lei apresentados pelo Planalto. Segundo o congressista, “Falar que chefe de Estado é ‘miliciano e genocida’ vai dar 40 anos de cadeia? O PT quer fazer o AI 5 da esquerda para censurar a democracia.” Enquanto um grupo de 50 deputados da oposição, liderados por Paulo Bilynsky (PL), protocolaram no dia 22/07/2023, um projeto de decreto legislativo a fim de anular o projeto de lei enviado pelo governo federal ao Congresso Nacional. (Correio Braziliense - Poder - 23/07/23; Folha de S. Paulo - Política - 23/07/23; O Estado de S. Paulo - 22/07/23)

4- O uso de voos oficiais da FAB por parentes de autoridades

Segundo apuração feita pelo jornal *Folha de S. Paulo*, por meio de informações coletadas a partir da Lei de Acesso à Informação, evidenciou-se que desde o início do terceiro mandato do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em janeiro de 2023, ocorreram ao menos 11 casos nos quais ministros do governo federal e o próprio vice-presidente da República, Geraldo Alckmin (PSB), levaram esposas, parentes ou convidados de carona em voos oficiais da Força Aérea Brasileira (FAB). O decreto que regulamenta o uso de aviões das Forças Armadas por autoridades sofreu alterações durante o governo do então presidente da República, Jair Bolsonaro (PL), em março de 2020. Segundo o texto do decreto, “compete à autoridade solicitante analisar a efetiva necessidade da utilização de aeronave do Comando da Aeronáutica em substituição a voos comerciais [...] a comitiva que acompanha a autoridade na aeronave do Comando da Aeronáutica terá estrita ligação com a agenda a ser cumprida, exceto nos casos de emergência médica ou de segurança”. Entretanto, de acordo com a *Folha* o último trecho do documento abre espaço para interpretações que possibilitam às autoridades darem carona para outras pessoas, uma vez que se estabelece que: “os critérios de preenchimento das vagas remanescentes na aeronave ficam a cargo da autoridade que fez o pedido”. Tendo isso em mente, de acordo os dados publicizados, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), levou a sua esposa, Estela Haddad, ao menos nove vezes em voos, em especial no trecho São Paulo-Brasília; já o ministro do Trabalho, Luiz Marinho (PT), levou a sua esposa em voos da FAB em duas ocasiões, em uma delas, também ofereceu carona para a vice-primeira-dama, Maria Lúcia Guimarães Alckmin e para o primo do vice-presidente, o advogado José Eduardo Rangel Alckmin. Por fim, o

comandante da Marinha, o almirante Marcos Sampaio Olsen, levou sua esposa em voos da FAB em três ocasiões. Segundo a *Folha*, quando questionados, a defesa de todas as autoridades apresentaram respostas similares, indicando que todos os voos foram feitos seguindo todos os critérios legais e em caráter excepcional. (Folha de S. Paulo - Política - 23/07/23)

5- Brasil é protagonista em debates de segurança internacional relacionados ao meio ambiente

Em coluna opinativa para o periódico *O Estado de S. Paulo*, o coordenador do núcleo de Estudos Prospectivos do Centro de Estudos Estratégico do Exército, Oscar Medeiros Filho, argumentou que o Brasil possui atualmente um papel central no debate acerca das mudanças climáticas, lugar que nunca ocupou antes em nenhum tema relacionado à segurança internacional. Segundo Medeiros Filho, para a defesa nacional a maior preocupação diz respeito aos “efeitos indiretos” do aquecimento global, como por exemplo a soberania territorial e a disputa por recursos entre as nações. Além disso, o autor também avaliou que essa problemática possui dimensões ecológica, securitária, geopolítica e operacional. A dimensão ecológica toma consistência por meio de ações de preservação do meio ambiente e tal questão já é historicamente contemplada pelas Forças Armadas, que segundo documentos mostram, a instituição se preocupa com práticas sustentáveis. A dimensão securitária trata sobre as problemáticas oriundas da vulnerabilidade socioambiental, como combate aos crimes ambientais e controle de migrantes e deslocados, e sugere que as estruturas militares atuem apoiando questões de segurança. A dimensão geopolítica consiste, em um contexto de falta de recursos, disputar e proteger bens estratégicos. Finalmente, a dimensão operacional se expressa à medida que as Forças Armadas se capacitam e operam em novos ambientes. (O Estado de S. Paulo - Espaço Aberto - 24/07/23)

6- Instituto Tecnológico de Aeronáutica participará de missão lunar com a Nasa

O periódico *Folha de S. Paulo* noticiou que o Brasil participará de uma missão à Lua em parceria com a Nasa, agência federal dos Estados Unidos responsável por programas de exploração espacial. Segundo a *Folha*, o projeto foi apresentado pelo engenheiro do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), Luis Loures, e foi nomeado de SelenITA, união do nome da deusa grega da Lua e ITA. Ainda de acordo com o jornal, o projeto é de um satélite pequeno que terá como objetivo estudar os campos magnéticos, o deslocamento de poeira pela superfície lunar e a radiação. Outrossim, o periódico informou que SelenITA será construído pelo instituto em São José dos Campos, no estado de São Paulo, e que possivelmente contará com instrumentos fornecidos pela Universidade de Michigan, Universidade de Iowa, pelo Centro Marshall de Voo Espacial e pelo ITA. (Folha de S. Paulo - Ciência - 24/07/23)

7- Decreto assinado por Lula restringe o acesso a armas no país

Os periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* noticiaram as mudanças realizadas por meio do decreto assinado pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), com o intuito de restringir o acesso a

armas no Brasil. Segundo os jornais, a medida visa regular a herança do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que durante seu mandato flexibilizou normas no setor por fins ideológicos. Entre as mudanças, está a alteração da responsabilidade da fiscalização dos Caçadores Atiradores e Colecionadores (CACs), que antes era função do Exército e passa a ser da Polícia Federal, medida que entrará em vigência em seis meses. Segundo a *Folha de São Paulo*, após declarações de Lula sobre o assunto, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, também endossou o discurso, declarando que haverá uma redução do número de armas por pessoa. Antes um atirador podia possuir até 60 unidades, agora, 16. Conforme a colunista da Folha, Mônica Bergamo, a oposição já se posicionou contra as iniciativas. O deputado federal Marcos Pollon (PL-MS) espera derrubar as exigências no Congresso Nacional, com a ajuda da bancada ruralista. E a deputada federal bolsonarista, Júlia Zanatta (PL-SC) afirmou que isso “É a demonização da prática de um esporte e de uma classe de cidadão que paga imposto[...]”. Em painel para a Folha, a repórter Victoria Azevedo apurou que a presidente nacional do Partido dos Trabalhadores (PT) e deputada federal, Gleisi Hoffmann, almeja apresentar um projeto de lei para acabar com os clubes de tiro e com os registros de armas para CACs. Segundo Azevedo, Hoffmann argumenta que o PT defende a pauta anti armamentista. (Folha de S. Paulo - Opinião - 25/07/23; Folha de S. Paulo - Cotidiano - 27/07/23; Folha de S. Paulo - Colunas e blogs - 23/07/23; Folha de S. Paulo - Colunas e blogs - 27/07/23; O Estado de S. Paulo - Política - 25/07/23)

8- Livro do advogado Antonio Pedro Melchior destaca o legado de juristas que resistiram à ditadura militar e seu impacto nos dias atuais

Uirá Machado entrevistou, para o periódico *Folha de S. Paulo*, o advogado e autor do recém-lançado livro “Juristas em Resistência” Antonio Pedro Melchior. “O livro trata de figuras centrais na oposição à ditadura do Estado Novo (1937-1945), quando se aprovaram as duas leis criminais mais importantes do país: o Código Penal (1940) e o Código de Processo Penal (1941), ambos ainda em vigor.” Melchior também analisou o processo e recursos de enfrentamento da ditadura no Estado Novo, observando similaridades com a forma usada para enfrentar o recrudescimento do autoritário governo de Jair Bolsonaro (2019-2022). O advogado destacou na entrevista que os juristas que resistiram à ditadura — que estudou em seu doutorado, que inspirou o livro — se unem a partir de ideais e práticas para fortalecer a liberdade democrática, além da crítica ao poder do Estado e defesa de garantias fundamentais, deixando heranças da “necessidade de um plano de ação que permita furar um caminho autoritário.” (Folha de S. Paulo - Política - 25/07/23)

9- PGR pede por informações sobre as redes sociais dos denunciados por participação nos atos de 8 de janeiro

Em reportagem, o periódico *Correio Braziliense* noticiou o pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR), feito a Alexandre de Moraes, que informaria se os 244 denunciados por participação nos atos de 8 de janeiro seguem ou seguiram o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) nas redes sociais. As informações devem ser cedidas pelas empresas provedoras de redes sociais e

devem até mesmo incluir “se os denunciados retuitaram conteúdos divulgados pelo ex-presidente com mensagens referentes a fraudes em eleição, urnas eletrônicas, Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Supremo Tribunal Federal (STF), Forças Armadas e intervenção militar.” (Correio Braziliense - Política - 25/07/23)

10- Coaf identificou movimentação atípica de R\$3,2 milhões por parte do tenente-coronel Mauro Cid

Segundo os periódicos *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo*, um relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) alega que o ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro (PL), o tenente-coronel Mauro Cid, movimentou grandes quantias de dinheiro entre julho de 2022 e janeiro de 2023, cerca de R\$ 3,2 milhões. O relatório ainda aponta que foram "movimentações atípicas" e "incompatíveis", além de terem "indícios de lavagem de dinheiro" nas contas bancárias do tenente-coronel. Ainda segundo os periódicos, o relatório de inteligência financeira apontou "movimentação de recursos incompatível com o patrimônio, a atividade ou a ocupação profissional e a capacidade financeira do cliente", além de "transferências unilaterais que, pela habitualidade, valor ou forma, não se justifiquem ou apresentem atipicidade". O Coaf também destacou como “movimentação elevada” o envio de cerca de R\$367 mil para os Estados Unidos, em 12 de janeiro deste ano, período no qual Bolsonaro estava em solo norte-americano. O órgão de inteligência financeira informou que o salário bruto de Mauro Cid, no Exército, é de R\$26.239. Segundo a Coaf, o envio pode indicar “tentativa de burla fiscal e/ou ocultação de patrimônio”, além de conter “indícios do crime de lavagem de dinheiro”. Esses dados foram enviados para a CPI do 8 de janeiro para colaborar com as investigações. (Correio Braziliense - Política - 28/07/23; Folha de S. Paulo - Política - 28/07/23)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (URFFJ)

Ismara Izepe de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Supervisão

Laura Meneghim Donadelli

Leonardo Pontes Vinhó

Equipe redação UNESP/Franca

Abrahão Henrique Alves de Lima (bolsista COPE)

Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco

Beatriz Grasiano Campos

Davi Campos Matos

Isabelle Costa

Giulia Maria Dardegan Barbosa

Marcela Furlan de Cena

Mariana Terezinha Passos

Rodrigo Freitas de Souza

Thalia Cristina Vieira Lima

Equipe redação UFRRJ

Alberto Machado Santos

Geremias Dias dos Santos de Carvalho

Manuela de Jesus Brasil

Maria Luiza Garcia Rabelo

Mariana Amaro Gonçalves Silva

Vinícius de Albuquerque Damasceno

Vinícius Menezes Aguiar